

# **ECO 101 Concessionária de Rodovias S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2018  
e Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.  
Serra - ES

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – "IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte [www.deloitte.com/about](http://www.deloitte.com/about) para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.



## a) Reconhecimento da receita de arrecadação de pedágio

A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos nos contratos de concessões rodoviárias, que determinam que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas dos pedágios são reajustadas de acordo com os contratos de concessão, o que impacta diretamente a receita de cada concessionária com base no tráfego das rodovias. Os sistemas de arrecadação de pedágio são utilizados para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, através das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante, e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando este contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria visando confirmar o adequado reconhecimento das receitas provenientes de arrecadação de pedágio incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos desenhados pela Companhia e relevantes para captura, processamento e reconhecimento de receitas de arrecadação; (ii) envolvimento de nossos especialistas em auditoria de sistemas para suportar nossa avaliação e entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e avaliar os controles sistêmicos existentes (iii) recálculo das receitas de arrecadação de pedágio com base nos relatórios de tráfego extraídos do sistema de arrecadação e com base nas tarifas de pedágio vigentes de acordo com o poder concedente, para avaliação da exatidão e ocorrência das receitas e (iv) avaliação das divulgações nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências de auditoria obtidas por meio dos procedimentos aplicados, consideramos que a receita reconhecida proveniente de arrecadação de pedágio é aceitável no contexto das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 tomadas em conjunto.

## b) Capitalização de gastos no ativo intangível das concessões

Os contratos de concessões rodoviários representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela norma contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, no qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores, e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas nº 4, e nº 10.

Esse assunto foi considerado um dos principais assuntos de auditoria, uma vez que as capitalizações no ativo intangível da concessão envolvem a utilização de premissas, julgamentos e a manutenção de controles por parte das administrações das concessões de rodovias, já que essas capitalizações podem não estar de acordo com as obrigações previstas no contrato de concessão e, quando previstas, podem ser registradas por valores incorretos ou indevidamente capitalizadas.

Nossos procedimentos de auditoria para confirmar o adequado registro e controle desses ativos incluíram, dentre outros: (i) a avaliação da adequação das políticas de capitalização de ativo intangível de concessões das investidas; (ii) a realização de testes documentais sobre as adições ao ativo intangível de concessões, incluindo validações com a área de engenharia das medições realizadas de acordo com o andamento das obras, confronto com os contratos de prestações de serviços e ou notas fiscais relacionadas e (iii) a avaliação da natureza dos gastos capitalizados como ativo intangível de concessões, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessão. Adicionalmente, avaliamos as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre teste de capitalização de gastos no ativo intangível de concessões, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as políticas de capitalização dos gastos, considerando os critérios e requerimentos estabelecidos no contrato de concessões para suportar os julgamentos, estimativas e informações incluídas no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e com os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 22 de fevereiro de 2018, sem ressalvas.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

## **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 14 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alexandre Cassini Decourt  
Contador  
CRC nº 1 SP 276957/O-4

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2018	31/12/2017
<b>CIRCULANTE</b>				<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5	18.589	22.574	Fornecedores		11.225	10.395
Títulos e valores mobiliários	6	3.315	2.731	Impostos, taxas e contribuições a recolher		2.669	3.239
Clientes	7	9.420	10.605	Empréstimos e financiamentos	12	21.663	15.509
Despesas antecipadas		515	904	Debêntures	13	-	24.847
Tributos a recuperar		488	-	Obrigações sociais e trabalhistas		4.250	4.151
Partes relacionadas	14	15	-	Provisão para imposto de renda e contribuição social	11.c)	-	293
Outros créditos		4.131	899	Obrigações com Poder Concedente	17	532	518
Total do ativo circulante		<u>36.473</u>	<u>37.713</u>	Dividendos a pagar	18.d)	8.504	5.134
				Partes relacionadas	14	465	11.676
				Outras contas a pagar		<u>1.015</u>	<u>1.038</u>
				Total do passivo circulante		<u>50.323</u>	<u>76.800</u>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Tributos diferidos	11.a)	-	5.809	Empréstimos e financiamentos	12	335.369	269.787
Títulos e valores mobiliários	6	12.514	8.834	Debêntures	13	25.000	-
Depósitos Judiciais	8	639	530	Provisão para manutenção	15	8.048	15.161
Imobilizado	9	14.018	19.303	Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	16	605	764
Intangível	10	<u>718.391</u>	<u>516.322</u>	Tributos diferidos	11.a)	6.028	-
Total do ativo não circulante		<u>745.562</u>	<u>550.798</u>	Outras contas a pagar		<u>7.568</u>	<u>5.945</u>
				Total do passivo não circulante		<u>382.618</u>	<u>291.657</u>
				<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
				Capital social	18.a)	303.000	203.000
				Reserva legal	18.c)	2.984	1.081
				Reserva de capital - plano de opção com base em ações		579	571
				Reserva de lucros - Orçamento de capital		42.531	-
				Reserva de lucros - dividendos adicionais propostos	18.d)	-	15.402
				Total do patrimônio líquido		<u>349.094</u>	<u>220.054</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u>782.035</u>	<u>588.511</u>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<u>782.035</u>	<u>588.511</u>



ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITA LÍQUIDA	19	395.065	277.937
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	20	(311.449)	(203.898)
LUCRO BRUTO		<u>83.616</u>	<u>74.039</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	20	(9.376)	(8.211)
Outras (despesas) receitas, líquidas		<u>-</u>	<u>(1)</u>
		(9.376)	(8.212)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>74.240</u>	<u>65.827</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	21	20.973	14.108
Despesas financeiras	21	<u>(38.682)</u>	<u>(37.236)</u>
		(17.709)	(23.128)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>56.531</u>	<u>42.699</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b)	(6.619)	(8.136)
Diferidos	11.b)	<u>(11.837)</u>	<u>(6.296)</u>
		(18.456)	(14.432)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>38.075</u>	<u>28.267</u>
Lucro por ação básico e diluído (em R\$)	22	<u>0,18</u>	<u>0,15</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

---

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	38.075	28.267
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>38.075</u>	<u>28.267</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	203.069	199.122
Com construção	204.442	93.488
Outras receitas	5.104	3.622
	<u>412.615</u>	<u>296.232</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		
Custo dos serviços prestados	(260.561)	(158.280)
Materiais, energia e serviços de terceiros	(3.614)	(4.412)
	<u>(264.175)</u>	<u>(162.692)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>148.440</u>	<u>133.540</u>
DEPRECIACÕES E AMORTIZAÇÕES	(29.432)	(22.744)
Outras	(27)	(1.099)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>118.981</u>	<u>109.697</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	20.973	14.108
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>139.954</u>	<u>123.805</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>139.954</u>	<u>123.805</u>
Pessoal	<u>24.143</u>	<u>23.507</u>
Remuneração direta	18.034	17.690
Benefícios	4.592	4.715
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.517	1.102
Impostos, taxas e contribuições	<u>35.980</u>	<u>31.628</u>
Federais	26.055	21.832
Municipais	9.925	9.796
Remuneração de capitais de terceiros	<u>41.756</u>	<u>40.403</u>
Juros	32.263	27.799
Aluguéis	3.074	3.167
Outros efeitos financeiros	6.419	9.437
Remuneração de capitais próprios	<u>38.075</u>	<u>28.267</u>
Reserva Legal	1.903	1.081
Dividendos	-	5.134
Juros sobre capital próprio pagos	3.590	-
Absorção de prejuízos acumulados	-	6.650
Dividendos adicionais propostos	5.453	15.402
Constituição de reserva	27.129	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros/(prejuízos) acumulados	Total
		Subscrito	Plano de opção com base em ações	Legal	Dividendos adicionais propostos/ Orçamento de Capital		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016		<u>160.000</u>	<u>527</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.650)</u>	<u>153.877</u>
Aumento de capital	18.a)	43.000	-	-	-	-	43.000
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	44	-	-	-	44
Lucro líquido do exercício				-	-	28.267	28.267
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	18.c)	-	-	1.081	-	(1.081)	-
Dividendo mínimo obrigatório (R\$0,03 por ação)	18.d)	-	-	-	-	(5.134)	(5.134)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,08 por ação)	18.d)	-	-	-	15.402	(15.402)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		<u>203.000</u>	<u>571</u>	<u>1.081</u>	<u>15.402</u>	<u>-</u>	<u>220.054</u>
Aumento de capital	18.a)	100.000	-	-	-	-	100.000
Opções de ações outorgadas reconhecidas		-	8	-	-	-	8
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	38.075	38.075
Destinação do lucro líquido do exercício							
Reserva legal	18.c)	-	-	1.903	-	(1.903)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,01 por ação)		-	-	-	-	(3.590)	(3.590)
Orçamento de Capital	18.d)	-	-	-	27.129	(27.129)	-
Dividendo mínimo obrigatório (R\$0,01 por ação)	18.d)	-	-	-	-	(5.453)	(5.453)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		<u>303.000</u>	<u>579</u>	<u>2.984</u>	<u>42.531</u>	<u>-</u>	<u>349.094</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
 PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E DE 2017  
 (Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro líquido	38.075	28.267
Ajustes para reconciliar o lucro líquido		
com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciações e amortizações	29.432	22.744
Baixa de ativo imobilizado	-	219
Encargos financeiros sobre financiamentos e empréstimos	34.586	34.094
Constituição de provisão para manutenção	(9.115)	1.652
Atualização monetária provisão para manutenção	2.002	1.646
Constituição de provisão para cíveis e trabalhistas	1.704	298
Atualização monetária provisão cíveis e trabalhistas	93	75
Levantamento de depósitos judiciais	104	111
Atualização monetária dos depósitos judiciais	(9)	(23)
Tributos diferidos	11.837	6.296
Obrigações com Poder Concedente	6.328	6.123
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	720	-
Plano de opção com base em ações	8	44
Provisão para imposto de renda e contribuição social	6.619	8.136
Receita de títulos e valores mobiliários	(825)	(977)
Juros capitalizados	(19.480)	(11.762)
Variação nos ativos operacionais:		
Clientes	465	(205)
Tributos a recuperar	(488)	203
Despesas antecipadas	389	(168)
Depósitos judiciais	(204)	(181)
Títulos e valores mobiliários	-	(1.746)
Outros créditos	(3.232)	(793)
Variação nos passivos operacionais:		
Fornecedores	830	1.062
Obrigações sociais e trabalhistas	99	(227)
Impostos, taxas e contribuições a recolher	(570)	861
Partes relacionadas	(11.226)	8.481
Pagamento de provisão para perdas cíveis e trabalhistas	(1.956)	(4)
Outras contas a pagar	1.600	210
Pagamento de obrigações com Poder Concedente	(6.314)	(6.101)
Imposto de renda e contribuição social	(6.912)	(8.513)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>74.560</u>	<u>89.822</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aquisição de imobilizado	(984)	(1.071)
Aquisição de intangível	(205.752)	(92.449)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(206.736)</u>	<u>(93.520)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Aumento de capital	100.000	43.000
Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	84.476	64.409
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(15.930)	(67.594)
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	(5.673)	-
Títulos e valores mobiliários	(3.439)	-
Juros pagos	(31.243)	(27.737)
Caixa líquido gerado/(aplicado) nas atividades de financiamento	<u>128.191</u>	<u>12.078</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>(3.985)</b></u>	<u><b>8.380</b></u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	22.574	14.194
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	18.589	22.574
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<u><b>(3.985)</b></u>	<u><b>8.380</b></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018**

### **Senhores Acionistas**

A Administração da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

### **Mensagem da Administração**

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodovia BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. Em 17 de abril de 2013, a Companhia assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos.

A rodovia leva a cinco importantes portos: de Vitória, de Tubarão e da Barra do Riacho no Espírito Santo, o do Açú, no Rio de Janeiro e o de Ilhéus, na Bahia. A rodovia dá acesso ainda às principais praias capixabas, como as de Guarapari e Vila Velha, destino de milhões de turistas durante todo o ano.

A Companhia ressalta que as conquistas alcançadas são resultado do empenho e comprometimento de seus colaboradores, aos quais agradece. Além deles, a ECO101 agradece também a confiança dos seus acionistas, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

### **PRÁTICAS CONTÁBEIS**

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas principais práticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº3 das Demonstrações Financeiras.

### **RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO**

O volume de tráfego em veículos equivalentes pagantes totalizou 46.975 mil em 2018, crescimento de 1,0%, comparado ao exercício de 2017, mesmo com o impacto da greve dos caminhoneiros ocorrido no período de 21 de maio a 03 de junho. Desconsiderando esse impacto, a ECO101 teve crescimento de 2,7% devido à retomada da produção industrial da região, clima favorável e feriados prolongados.

Em junho de 2018, foi aprovado o reajuste da tarifa de pedágio da ECO101 que resultou em uma redução de 4,2%, sendo +2,7% devido à aplicação do IPCA e o restante referente a postergações de investimentos.

### **RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS**

#### **RECEITA BRUTA**

A receita bruta totalizou R\$412,6 milhões em 2018, crescimento de 39,3% devido, principalmente, no aumento da receita com construção. As deduções sobre a receita bruta totalizaram R\$17,6 milhões.

**Receita de Pedágio** – crescimento de 2,0%, comparado com 2017, decorrente do aumento no volume de tráfego.

**Receita Acessória** – atingiu R\$5,1 milhões, crescimento de R\$1,5 milhão em função de novos contratos de permissão de uso de faixa de domínio.

**Receita de Construção** – crescimento de 118,7% devido as duplicações e recuperação da rodovia conforme cronograma definido pelo contrato de concessão.

## RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida atingiu R\$395,1 milhões em 2018, 42,1% superior em relação a 2017. Excluindo a receita de construção, a receita líquida pró-forma foi de R\$190,6 milhões, crescimento de 3,3% em relação a 2017 em função do crescimento de tráfego.

Para mais informações sobre a Receita, vide Nota Explicativa nº19 das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e despesas operacionais tiveram aumento de 51,3% totalizaram R\$320,8 milhões. Desconsiderando o custo de construção, provisão para manutenção, depreciação e amortização, os custos operacionais e despesas administrativas caixa atingiram R\$96,1 milhões, crescimento de 2,0%, abaixo da inflação de 3,7% no período. As variações observadas foram:

**Pessoal:** R\$24,1 milhões em 2018, crescimento de 2,7%, acima do reajuste salarial de 1,8% em março de 2018 em função do aumento de rescisões trabalhistas;

**Conservação e Manutenção:** R\$14,4 milhões em 2018, aumento de 10,1%, devido ao aumento nos gastos com revestimento vegetal e com sistemas de controle de velocidade;

**Serviços de terceiros:** R\$37,9 milhões em 2018, em linha com 2017;

**Poder Concedente, Seguros e Locações:** R\$11,2 milhões em 2018, redução de 5,0% devido a renegociações nos contratos de seguros;

**Outros:** R\$8,5 milhões em 2018, 6,9% superior a 2017, devido a maior gastos com equipamentos de proteção individual (EPI) e com combustíveis;

**Depreciação e Amortização:** R\$29,4 milhões em 2018, 29,4% superior a 2017, devido ao aumento na base de ativos e atualização da curva de tráfego para amortização dos ativos intangíveis;

**Provisão para Manutenção:** redução de R\$10,8 milhões, devido a menor previsão futura para manutenção e renovação dos pavimentos devido ao replanejamento dos ciclos de investimentos, dentro dos critérios estabelecidos pelas normas contábeis; e

**Custo de construção de obras:** R\$204,4 milhões em 2018, crescimento devido as duplicações e recuperação da rodovia conforme cronograma definido pelo contrato de concessão em função da obtenção do licenciamento ambiental.

Para mais informações sobre os Custos Operacionais e Despesas Administrativas, vide Nota Explicativa das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA em 2018 foi de R\$103,7 milhões (margem EBITDA de 26,2%). O EBITDA pró-forma, excluindo receita e custo de construção e provisão para manutenção, totalizou R\$94,6 milhões, com crescimento de 4,8% e margem EBITDA de 49,6%.

## RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido foi negativo em R\$17,7 milhões, redução de 23,4% devido a maior capitalização de juros em 2018.

## **LUCRO LÍQUIDO**

O lucro líquido no exercício de 2018 atingiu R\$38,1 milhões, comparado a R\$28,3 milhões em 2017, um crescimento de 34,7% devido a melhora no resultado operacional.

## **DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO**

A ECO101 encerrou dezembro de 2018 com saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$34,4 milhões. A dívida bruta (composto por financiamentos, empréstimos e debêntures) atingiu R\$382,0 milhões em 31 de dezembro de 2018, sendo 94,3% com vencimentos no longo prazo. A dívida com o poder concedente era de R\$532,0 mil.

A dívida líquida encerrou o ano em R\$347,8 milhões (sem poder concedente), com o indicador de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado de 4,0x.

Para mais informações do endividamento da Companhia, vide Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras da Companhia.

## **CAPEX**

Os investimentos realizados pela ECO101 totalizaram R\$226,2 milhões em 2018, com destaque para duplicações e recuperação da rodovia conforme cronograma definido pelo contrato de concessão.

## **GOVERNANÇA CORPORATIVA**

As informações sobre Governança Corporativa, Gestão de Pessoas e Responsabilidade Socioambiental estão disponíveis no Relatório de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., no site [www.ecorodovias.com.br/ri](http://www.ecorodovias.com.br/ri).

## **RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES**

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2018: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity). Os honorários relativos ao exercício de 2018 totalizaram R\$95,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria independente.

## **DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

A Diretoria da ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras do exercício social findo em dezembro de 2018.

São Paulo, 14 de março de 2019.

## **A Administração**



## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. ("ECO101" ou "Companhia") foi constituída em 22 de março de 2012, e tem por objeto social a exploração de concessão da rodoviária BR-101 ES/BA, mediante concessão federal, incluindo a exploração de receitas acessórias. A sede da Companhia fica localizada na Avenida Coronel Nunes, BR-101, Km 264, cidade de Serra - ES.

Em 17 de abril de 2013, a ECO101 assinou o Contrato de Concessão para Exploração do trecho de Rodovia Federal - BR-101/ES/BA. A Companhia assumiu a concessão para Administração dos 475,9 km de extensão em maio de 2013, que incluem os serviços de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação, melhorias e exploração do trecho pelo prazo de 25 anos. As demais obrigações assumidas pelo contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 17.

Em 27 de dezembro de 2017, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. - "ECS" (controladora direta da Companhia) celebrou Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela ECS, de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato.

Em 19 de setembro de 2018, a última condição precedente, qual seja, aprovação do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Social), foi cumprida e a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A passou a ser detentora de 100% de participação no capital social da Companhia.

A conclusão e emissão destas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de março de 2019.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### 2.1. Declaração de conformidade e base para preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as normas internacionais contábeis emitidas pelo IASB (IFRS).

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir. As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações

financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

## 2.2. Moeda funcional de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em reais, a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("Moeda funcional").

## 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

### a) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia quando as mesmas forem parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

### Ativos financeiros

Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da Companhia, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

### Classificação dos ativos financeiros

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:

- i) O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e

- ii) Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado.

#### Custo amortizado

O método da taxa de juros efetiva é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente.

Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados (isto é, ativos sujeitos à redução ao valor recuperável no reconhecimento inicial), a taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os honorários e pontos pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções), excluindo perdas de crédito esperadas, durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil bruto do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial. Para ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, uma taxa de juros efetiva ajustada ao crédito é calculada descontando os fluxos de caixa futuros estimados, incluindo as perdas de crédito esperadas, para o custo amortizado do instrumento da dívida na data do reconhecimento inicial.

O custo amortizado de um ativo financeiro corresponde ao valor com base no qual o ativo financeiro é mensurado na data do reconhecimento inicial, deduzido da amortização do valor do principal, acrescido da amortização acumulada usando o método da taxa de juros efetiva de qualquer diferença entre o valor inicial e o valor no vencimento, ajustado para qualquer provisão para perdas.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro corresponde ao custo amortizado de um ativo financeiro antes do ajuste para qualquer provisão para perdas. A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva para instrumentos da dívida mensurados subsequentemente ao custo amortizado. Para ativos financeiros, exceto por ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável adquiridos ou originados, a receita de juros é calculada aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro, exceto por ativos financeiros que subsequentemente se tornam ativos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável (vide abaixo). Para ativos financeiros subsequentemente sujeitos à redução ao valor recuperável, a Companhia reconhece a receita de juros aplicando a taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro. Se, em períodos subsequentes, o risco de crédito do instrumento financeiro sujeito à redução ao valor recuperável melhorar de modo que o ativo financeiro não esteja mais sujeito à redução ao valor recuperável, a receita de juros é reconhecida aplicando a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

A receita de juros é reconhecida no resultado e incluído na rubrica "Receitas financeiras" (Vide Nota Explicativa nº 21).

#### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado abrangente

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Não aplicável para a Companhia.

### Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

### Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

### Passivos financeiros

Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado.

### Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado.

### Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

### Desreconhecimento

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

### b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

#### Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

#### c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

#### d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

#### e) Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures

Custos de empréstimos, financiamentos e debêntures diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos.

#### f) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e adotadas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2018 pelo "International Accounting Standards Board – IASB", foram aplicados pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 (CPC 48)- Instrumentos Financeiros (i)	Em 2014, o IASB publicou em sua completude a IFRS 9, a qual substitui em grande parte o IAS 39. A IFRS 9 estabelece requerimentos para reconhecimento e mensuração de ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra e venda de itens não financeiros, além de metodologia de redução ao valor recuperável "impairment", contabilização de "hedge", entre outros.	Aplicação em exercícios anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, com alteração na classificação de seus ativos e passivos financeiros.

IFRS 15 (CPC 47) -  
Receita de Contratos  
com Clientes

A IFRS 15 (CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente) foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016, e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituirá todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A aplicação retrospectiva completa ou a aplicação retrospectiva modificada será exigida para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. O Grupo planeja adotar a nova norma na data de vigência requerida com base no método retrospectivo completo.

A Companhia não identificou impactos significativos em comparação com as atuais normas de receitas em relação ao reconhecimento da receita exigidas pela IFRS.

(i) - A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor o CPC 48 Instrumentos Financeiros que introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros e substitui o modelo de "perda incorrida" do IAS 39 por um modelo de perda de crédito esperada.

Demonstramos a seguir a mudança para a Companhia quanto à classificação de seus ativos e passivos financeiros, a partir dos requisitos do CPC 48:

	Classificação anterior	Classificação de acordo com CPC 48
<b>Ativos:</b>		
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	Empréstimos e recebíveis	Valor justo através do resultado
<b>Passivos:</b>		
Fornecedores	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Debêntures	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
Obrigações com Poder Concedente	Outros passivos financeiros	Custo amortizado
<i>Phantom Stock Option</i>	Outros passivos financeiros	Custo amortizado

#### g) Novas normas ainda não vigentes

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 16 Arrendamento (Vigência a partir de 01/01/2019)	A nova norma estabelece os princípios, tanto para o cliente (o locatário) e o fornecedor (locador), sobre o fornecimento de informações relevantes acerca das locações de maneira que seja demonstrado nas demonstrações financeiras, de forma clara, as operações de arrendamento mercantil. Para atingir esse objetivo, o locatário é obrigado a reconhecer os ativos e passivos resultantes de um contrato de arrendamento.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 16 e entende que sua adoção provocará um impacto nas demonstrações financeiras.
Interpretação IFRIC 23 Incerteza sobre o tratamento dos tributos sobre a renda (Vigência a partir de 01/01/2019)	A Interpretação trata da contabilização dos tributos sobre a renda quando os tratamentos fiscais envolvem incerteza que afete a aplicação da IAS 12, e não se aplica a impostos ou exações alheias ao âmbito da IAS 12, nem inclui, de forma específica, as exigências relativas a juros e multas associadas a incertezas no tratamento aplicável aos tributos.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRIC 23 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante nas demonstrações financeiras.

(i) CPC 06 (R2)/IFRS 16 – Arrendamentos

A Companhia avaliou o potencial impacto que a aplicação inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 terá sobre as demonstrações financeiras consolidadas, conforme descrito abaixo. Os impactos reais da adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2019 poderão mudar porque:

As novas políticas contábeis estão sujeitas à mudança até que o Grupo apresente suas primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

Arrendamentos em que a Companhia é um arrendatário

A Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para seus arrendamentos operacionais de imóveis, veículos, máquinas e equipamentos, containers entre outros. A natureza das despesas relacionadas àqueles arrendamentos mudará porque o Grupo reconhecerá um custo de depreciação de ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

A Companhia anteriormente reconhecia uma despesa linear de arrendamento operacional durante o prazo do arrendamento, e reconhecia ativos e passivos na medida em que havia uma diferença temporal entre os pagamentos efetivos de arrendamentos e as despesas reconhecidas.

Não se espera nenhum impacto significativo sobre os arrendamentos financeiros da Companhia.

h) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais que provocariam diluição: o plano de opção com base em ações.

#### 4. PRINCIPAIS USOS DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A Administração da Companhia estabelece julgamentos, estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. Esses julgamentos, estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos circulantes e não circulantes;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego;
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- *Impairment*: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

#### Contabilização do Contrato de Concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

#### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do Contrato de Concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente do Contrato de Concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

#### Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária



de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, a mesma realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do poder concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

#### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2018, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- (a) Provisão para manutenção decorrente dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 10,15% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- (b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 17.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

### Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e bancos	4.331	3.628
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	8.727	7.833
Aplicações compromissadas (b)	5.275	11.012
Aplicações automáticas (c)	256	101
	<u>18.589</u>	<u>22.574</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 29,9% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 6,5% em Operações Compromissadas, 1,2% em Letra Financeira (LF), 62,4% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 99,1% em 31 de dezembro de 2018 (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa de 75% do CDI (79,9% em 31 de dezembro de 2017), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nesta modalidade, e diariamente o volume excedente são alocados em aplicações mais rentáveis.

## 6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de Investimentos	<u>15.829</u>	<u>11.565</u>
	<u>15.829</u>	<u>11.565</u>
Circulante	3.315	2.731
Não circulante	12.514	8.834

Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa de 97,6% do CDI em 31 de dezembro de 2018 (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação do financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal.

## 7. CLIENTES

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	9.380	10.577
Receitas acessórias (b)	760	28
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (c)	<u>(720)</u>	<u>-</u>
	<u>9.420</u>	<u>10.605</u>

(a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos de vale pedágio.

(b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.

(c) O valor das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa é atualizado ao final de cada período para refletir as mudanças no risco de crédito desde o reconhecimento inicial do respectivo instrumento financeiro.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	9.420	10.605
Vencidos:		
Acima de 120 dias	<u>720</u>	<u>-</u>
	<u>10.140</u>	<u>10.605</u>

A movimentação das perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	-
Valores recuperados	<u>720</u>
Saldo no fim do exercício	<u>720</u>

## 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	530	437
Adições	204	181
Baixas	(104)	(111)
Atualização monetária	9	23
Saldo no fim do exercício	<u>639</u>	<u>530</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Natureza</u>		
Cível	92	90
Trabalhista	330	393
Desapropriações	217	47
	<u>639</u>	<u>530</u>

## 9. IMOBILIZADO

### Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de depreciação para cada grupo do ativo imobilizado.

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual			
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
<i>Hardwares</i>	20,0	18,0	29.073	882	-	29.955	(21.061)	(5.311)	-	(26.372)	3.583	8.012
Maquinas e equipamentos	10,0	5,7	10.034	64	-	10.098	(1.517)	(574)	-	(2.091)	8.007	8.517
Móveis e utensílios	10,0	9,9	2.009	38	-	2.047	(679)	(201)	-	(880)	1.167	1.330
Veículos	20,0	15,0	-	-	481	481	-	(72)	(209)	(281)	200	-
Terrenos	-	-	968	-	-	968	-	-	-	-	968	968
Outros	-	16,7	1.147	-	(481)	666	(671)	(111)	209	(573)	93	476
			<b>43.231</b>	<b>984</b>	<b>-</b>	<b>44.215</b>	<b>(23.928)</b>	<b>(6.269)</b>	<b>-</b>	<b>(30.197)</b>	<b>14.018</b>	<b>19.303</b>

	Taxa anual de depreciação %	Taxa média ponderada de depreciação %	Custo			Depreciação			Residual		
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
<i>Hardwares</i>	20,0	19,9	28.102	867	104	29.073	(15.370)	(5.691)	(21.061)	8.012	12.732
Maquinas e equipamentos	10,0	5,6	9.916	118	-	10.034	(954)	(563)	(1.517)	8.517	8.962
Móveis e utensílios	10,0	10,0	1.923	86	-	2.009	(483)	(196)	(679)	1.330	1.440
Terrenos	-	-	968	-	-	968	-	-	-	968	968
Outros	-	18,2	1.147	-	-	1.147	(462)	(209)	(671)	476	685
			<b>42.056</b>	<b>1.071</b>	<b>104</b>	<b>43.231</b>	<b>(17.269)</b>	<b>(6.659)</b>	<b>(23.928)</b>	<b>19.303</b>	<b>24.787</b>

Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos ou de processos de qualquer natureza, bem como não foram capitalizados encargos financeiros nos respectivos exercícios.

A administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil – econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil – econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017.

## 10. INTANGÍVEL

### Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas anuais e as taxas médias de amortização para cada grupo do ativo intangível.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldos em 31/12/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 31/12/2018	31/12/2018	31/12/2017
Contrato de concessão (i)	-	(ii)	397.676	24.030	69.488	491.194	(41.901)	(22.712)	(64.613)	426.581	355.775
Intangível em andamento (iii)	-	-	159.597	201.071	(69.488)	291.180	-	-	-	291.180	159.597
Softwares de terceiros	20,0	17,6	2.504	131	-	2.635	(1.554)	(451)	(2.005)	630	950
			<u>559.777</u>	<u>225.232</u>	<u>-</u>	<u>785.009</u>	<u>(43.455)</u>	<u>(23.163)</u>	<u>(66.618)</u>	<u>718.391</u>	<u>516.322</u>

	Taxa anual de amortização %	Taxa média ponderada de amortização %	Custo				Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 31/12/2017	31/12/2017	31/12/2016
Contrato de concessão	-	(ii)	368.184	8.302	-	21.190	397.676	(26.274)	(15.627)	(41.901)	355.775	341.910
Intangível em andamento	-	-	85.659	95.451	(219)	(21.294)	159.597	-	-	-	159.597	85.659
Softwares de terceiros	20,0	20,1	2.046	458	-	-	2.504	(1.096)	(458)	(1.554)	950	950
			<u>455.889</u>	<u>104.211</u>	<u>(219)</u>	<u>(104)</u>	<u>559.777</u>	<u>(27.370)</u>	<u>(16.085)</u>	<u>(43.455)</u>	<u>516.322</u>	<u>428.519</u>

(i) Os itens referentes ao Contrato de Concessão compreendem basicamente a infraestrutura rodoviária. Em 31 de dezembro de 2018, as principais adições nesta rubrica referem-se à recuperação de elementos de proteção e segurança e obras do contorno de Iconha.

(ii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias de amortização em 31 de dezembro de 2018 foram 4,74% a.a. (3,97% a.a. em 31 de dezembro de 2017).

(iii) As principais adições na rubrica "Intangível em Andamento" no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 referem-se a: obras de duplicação da BR 101, restauração de pavimento, recuperação de drenagem de OAC, interseções, desapropriações, recuperação de obras de arte especial e pavimentação do contorno de Vitória.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados R\$19.480 referentes a encargos financeiros (R\$11.762 em 31 de dezembro de 2017) de financiamentos vinculados a intangível em andamento. A taxa média de capitalização para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de 64,01%a.a. (custos dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 39,21%a.a. para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e ajustada pelo montante que se espera e seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

#### a) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando-se a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/12/2018	31/12/2018
Prejuízo fiscal e base negativa	5.326	295	(3.194)	2.427	(2.899)
Outros	219	78	(210)	87	(132)
Juros capitalizados	(5.150)	(6.612)	33	(11.729)	(6.579)
Provisão para Perdas Esperadas em					
Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	-	245	-	245	245
Provisão para perdas cíveis e trabalhistas	260	30	(84)	206	(54)
Provisão para manutenção	5.154	4.396	(6.814)	2.736	(2.418)
Imposto de renda e contribuição social diferido – ativo/(Passivo) (i)	5.809	(1.568)	(10.269)	(6.028)	
Receita (despesa) de Imposto de renda e contribuição social diferido					<u>(11.837)</u>

(i) Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos em 31 de dezembro de 2018 R\$6.028 no passivo não circulante (Em 31 de dezembro de 2017 R\$5.809 no ativo não circulante).

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não circulantes serão realizados nos seguintes anos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
2018	-	2.946
2019	(1.130)	2.727
2020	(1.216)	45
2021	(1.227)	45
2022	(1.227)	46
2023	(1.228)	-
	<u>(6.028)</u>	<u>5.809</u>

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

b) Conciliação da (despesa) de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	56.531	42.699
Alíquota	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(19.221)	(14.518)
Juros sobre capital próprio	1.221	-
Despesas indedutíveis	(2)	(5)
Gratificações diretores	(475)	(78)
Incentivos fiscais - PAT	119	147
Outros	(98)	22
Imposto de renda e contribuição social	<u>(18.456)</u>	<u>(14.432)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(6.619)	(8.136)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(11.837)	(6.296)
Alíquota efetiva	32,6%	33,8%

c) Provisão para Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício provisão IR/CS	293	670
Despesa IR/CS DRE	6.619	8.136
Total de IR/CS pagos	(6.912)	(8.513)
Saldo no fim do exercício provisão IR/CS	<u>-</u>	<u>293</u>



## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Modalidade	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
Finem – BNDES	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	169.567	178.071
Finem – BNDES	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	187.354	107.022
Financiamento– Banco Volkswagen	12/2019	21,27% a.a.	111	203
			<u>357.032</u>	<u>285.296</u>
Circulante			21.663	15.509
Não circulante			335.369	269.787

Os vencimentos das parcelas não circulante tem a seguinte distribuição:

	31/12/2018	31/12/2017
2019	-	15.914
2020	22.557	17.309
2021	24.257	19.037
2022	26.758	20.974
2023	29.405	23.082
2024	32.317	25.422
Posteriores a 2024	200.075	148.049
	<u>335.369</u>	<u>269.787</u>

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	285.296	306.971
Adições	84.476	39.651
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	32.394	32.758
Pagamento principal	(15.930)	(67.594)
Juros pagos	(29.204)	(26.490)
Saldo no fim do exercício	<u>357.032</u>	<u>285.296</u>

Os contratos não requerem a manutenção de nenhum índice financeiro.

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	22.350	150 parcelas
B1	66.237	66.237	2.924	150 parcelas
B2	52.483	39.556	1.473	150 parcelas
B3	117.799	84.901	1.606	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	<u>882.144</u>	<u>379.167</u>	<u>28.353</u>	

Instituição financeira	Garantias
BNDES Banco Volkswagen	Cessão de direitos creditórios. Sem garantia.

### 13. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento final	Taxa de juros	31/12/2018	31/12/2017
1ª Emissão	12/2020	CDI+2,56%a.a.	25.000	24.847
Circulante			-	24.847
Não circulante			25.000	-

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	24.847	-
Adições	-	24.758
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 21)	2.192	1.336
Juros pagos	(2.039)	(1.247)
Saldo no fim do exercício	25.000	24.847

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 1,80% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último vencendo-se na mesma data da amortização do principal em 29 de dezembro de 2018.

Em 14 de dezembro de 2018, foi firmado um aditivo a 1ª emissão de debêntures autorizando a alteração da data vencimento das Debêntures para 29 de dezembro de 2020. Tendo em vista a alteração da data de vencimento das debêntures, foi estabelecido nova taxa de juros. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidirá juros remuneratórios de 100% do CDI *over* acrescido de 2,56% a.a., pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2020.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	(242)	24.758	CDI + 2,56% a.a.	9,01%

#### 14. PARTES RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, serviços de consultoria, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

A Companhia está inserida no Grupo EcoRodovias tendo como controladora indireta a EcoRodovias Infraestrutura e Logística, uma sociedade por ações, listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3".

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*).

Em 31 de dezembro de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Companhia	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante	Não circulante Intangível	Circulante		Custo	Despesas
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora	-	-	465		4.337	1.782
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora	15	-	-		-	-
CBB Ind. E Com. Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	6	-		-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	38	-		-	-
A. Madeira Ind.Com. Ltda. (d)	Outras partes relacionadas	-	9.006	-		-	-
Contek Engenharia S.A. (e)	Outras partes relacionadas	-	7.650	-		-	-
Engenharia e Constr. Araribóia Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	7.171	-		-	-
Incospal Construções Pré-Fabricadas Ltda. (g)	Outras partes relacionadas	-	739	-		-	-
Unimar Transportes Ltda. (h)	Outras partes relacionadas	-	-	-		3.951	-
Vix Logística S.A. (i)	Outras partes relacionadas	-	-	-		4.253	-
Total em 31 de dezembro de 2018		15	24.610	465		12.541	1.782
Total em 31 de dezembro de 2017		-	30.352	11.676		15.911	1.763

(a) A controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$6.242, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. Em 31 de dezembro de 2018, o saldo em aberto a pagar de R\$465 (sobre serviços já realizados), tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidos garantias e avais.

(b) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos tem vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a encargos financeiros e não foram concedidas garantias aos credores.

- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., prestou serviços de fornecimento e transporte de material asfáltico à Companhia no mês de janeiro de 2018.
- (d) A A. Madeira Ind. e Com. Ltda., foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da Companhia.
- (e) A Contek Engenharia S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da Companhia.
- (f) A Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da Companhia.
- (g) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da Companhia.
- (h) A Unimar Transportes Ltda. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da Companhia.
- (i) A Vix Logística S.A. foi parte relacionada até 19 de setembro de 2018, através da Centaurus Participações, que possuía 27,5% de participação no capital social da Companhia.

#### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia, direta ou indiretamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2018 em R\$ 1.433 (R\$1.360 em 31 de dezembro de 2017).

A Administração da Companhia convocará AGO dentro dos primeiros quatro meses do ano de 2019, para entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para R\$3.683, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras.

A remuneração paga aos administradores nos exercícios está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Remuneração (fixa/variável)	2.790	917
Previdência privada	34	33
Plano de opção com base em ações	8	43
Remun. baseada em ações ( <i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i> )	118	55
Assistência médica	41	38
Seguro de vida	2	2
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo – ILP ( <i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i> ))	690	200
	<u>3.683</u>	<u>1.288</u>

## 15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção do sistema rodoviário, a ser realizada durante o período da concessão, ajustados a valor presente com a taxa de 10,15% ao ano, correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada seis anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2018</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	21.707	(9.251)	-	12.456
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(9.585)	136	-	(9.449)
Ajuste a valor presente das realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	3.039	-	2.002	5.041
	<u>15.161</u>	<u>(9.115)</u>	<u>2.002</u>	<u>8.048</u>

Não circulante

15.161

8.048

	<u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2017</u>
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 20)	19.204	2.503	-	21.707
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 20)	(8.734)	(851)	-	(9.585)
Ajuste a valor presente das realizações (vide Nota Explicativa nº 21)	1.393	-	1.646	3.039
	<u>11.863</u>	<u>1.652</u>	<u>1.646</u>	<u>15.161</u>

Não circulante

11.863

15.161

## 16. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS E TRABALHISTAS

### Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	652	112	764
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	371	1.333	1.704
(-) Pagamentos	(563)	(1.393)	(1.956)
(+) Atualização monetária	81	12	93
Saldos em 31 de dezembro de 2018	541	64	605

  

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	382	13	395
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	206	92	298
(-) Pagamentos	-	(4)	(4)
(+) Atualização monetária	64	11	75
Saldos em 31 de dezembro de 2017	652	112	764

#### a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível totalizando R\$109.484 em 31 de dezembro de 2018 (R\$82.280 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

#### b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2018, existem outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.877 (R\$7.822 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto sem constituição de provisão.

#### c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2018, existem alguns processos de natureza tributária que totalizam R\$113, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

## 17. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Taxa de fiscalização ANTT	532	518
Circulante	<u>532</u>	<u>518</u>

O valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio. Em 31 de dezembro de 2018, o valor mensal da parcela reajustada é de R\$532 (R\$518 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	518	496
Custo (vide Nota Explicativa nº 20)	6.328	6.123
Pagamento	<u>(6.314)</u>	<u>(6.101)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>532</u>	<u>518</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2018, a cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificadas.

	Previsão de 2018 ao fim da concessão	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Natureza dos custos:</u>		
Melhorias na infraestrutura	1.557.704	1.657.807
Conservação especial (manutenção)	682.198	562.604
Equipamentos	<u>355.576</u>	<u>343.021</u>
	<u>2.595.478</u>	<u>2.563.432</u>

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 303.000 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$203.000, representado por 303.000.100 e 203.000.100 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal respectivamente.

Em 3 de março de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil reais), mediante a emissão, nesta data, de 4.500.000 (quatro milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Em 10 de abril de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$13.500.000 (treze milhões e quinhentos mil reais) mediante a emissão, nesta data, de 13.500.000 (treze milhões e quinhentos mil) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação.

Em 10 de julho de 2017 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$25.000.000 (vinte e cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. – “ECS” (controladora direta da Companhia) celebrou em 27 de dezembro de 2017 Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. (“Centaurus”) e com a Grant Concessões e Participações Ltda. (“Grant”) referentes a aquisição, pela ECS, de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato.

Em 19 de setembro de 2018, a última condição precedente, qual seja, aprovação do BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Social), foi cumprida. Sendo que nesta data a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A passou a ser detentora de 100% de participação no capital social da Companhia.

Em 12 de dezembro de 2018 foi deliberado a proposta de aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$95.000.000 (noventa e cinco milhões de reais), mediante a conversão dos adiantamentos para futuro aumento de capital realizados por sua acionista, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A..

Em 27 de dezembro de 2018 foi deliberado o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$5.000.000 (cinco milhões de reais), mediante a emissão, nesta data, de 5.000.000 (cinco milhões) de novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 303.000.100 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo é de R\$2.963 (R\$1.081 em 31 de dezembro de 2017).

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos pagos até 31 de dezembro de 2018 é de R\$5.134, de dividendos remanescentes de 2017, aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 21 de dezembro de 2018.



	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro líquido do exercício	38.075	28.267
Absorção do prejuízo acumulado	-	(6.650)
Lucro líquido ajustado	<u>38.075</u>	<u>21.617</u>
Reserva legal	(1.903)	(1.081)
Juros sobre capital próprio	(3.590)	-
Dividendo mínimo obrigatório	(5.453)	(5.134)
Orçamento de capital	(27.129)	(15.402)

## 19. RECEITA LÍQUIDA

### Política contábil

#### Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) Refere-se às receitas de arrecadação pagas com pedágio eletrônico, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- (b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.
- (c) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita com arrecadação de pedágio (a):		
Pedágio em numerário	92.951	90.706
Pedágio por equipamento eletrônico	99.693	97.375
Vale-pedágio	10.423	11.038
Outras	2	3
	<u>203.069</u>	<u>199.122</u>
Receita de construção (b)	204.442	93.488
Receitas acessórias (c)	5.104	3.622
	<u>209.546</u>	<u>97.110</u>
Receita bruta	412.615	296.232
Deduções da receita bruta	(17.550)	(18.295)
Receita líquida	<u>395.065</u>	<u>277.937</u>

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	203.069	199.122
Receitas acessórias	5.104	3.622
	<u>208.173</u>	<u>202.744</u>
<u>Deduções</u>		
COFINS (3%)	(6.245)	(6.083)
PIS (0,65%)	(1.353)	(1.318)
ISS (2% a 5%)	(9.925)	(9.796)
Abatimentos	(27)	(1.098)
	<u>(17.550)</u>	<u>(18.295)</u>

## 20. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pessoal	24.143	23.507
Conservação e manutenção	14.358	13.040
Serviços de terceiros (*)	37.862	37.938
Seguros	1.790	2.485
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 17)	6.328	6.123
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 15) (**)	(9.115)	1.652
Custos de construção de obras	204.442	93.488
Depreciações e amortizações (vide Notas Explicativas nº 9 e 01)	29.432	22.744
Locação de imóveis e máquinas	3.074	3.167
Outros custos e despesas operacionais	8.511	7.965
	<u>320.825</u>	<u>212.109</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	311.449	203.898
Despesas gerais e administrativas	9.376	8.211
	<u>320.825</u>	<u>212.109</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza, resgate e remoção e outros.

(\*\*) Estorno de provisão de manutenção devido a postergação de obras no valor de R\$21.247.

## 21. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Receitas financeiras:</u>		
Receita de aplicações financeiras	1.481	2.303
Juros capitalizados	19.480	11.762
Atual. monetária créditos fiscais	9	27
Outras	3	16
	<u>20.973</u>	<u>14.108</u>
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(30.224)	(26.552)
Juros sobre debêntures	(2.039)	(1.247)
Variação monetária sobre financiamentos e empréstimos	(2.170)	(6.206)
Amortização de custos com debêntures	(153)	(89)
Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção	(2.002)	(1.646)
Atual. monetária obrigações fiscais	(93)	(75)
Outras	(2.001)	(1.421)
	<u>(38.682)</u>	<u>(37.236)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(17.709)</u>	<u>(23.128)</u>

## 22. LUCRO POR AÇÃO

### a) Lucro básico por ação

O lucro básico e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usada no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	38.075	28.267
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	205.918	185.574
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,18</u>	<u>0,15</u>

### b) Lucro diluído por ação

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, pois o plano de opção é da controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A..

## 23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

### Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados.

### Índices de endividamento

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Dívida (a)	382.564	310.661
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	<u>(34.418)</u>	<u>(34.139)</u>
Dívida líquida	348.146	276.522
Patrimônio líquido (b)	<u>349.094</u>	<u>220.054</u>
Índice de endividamento líquido	<u>1,00</u>	<u>1,26</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 13, 14 e 18.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

## Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como custo amortizado.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formadas por fundos de investimentos em renda fixa e operações compromissadas, remunerados a taxa média ponderada de 94,0% do CDI em 31 de dezembro de 2018, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços (91,7% do CDI em 31 de dezembro de 2017).
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como custo amortizado e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, mensurados pelo custo amortizado.

## Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são como segue:

	Classificação	Contábil	Mercado
Ativos			
Caixa e bancos (i)	Valor justo através do resultado	4.331	4.331
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (i)	Valor justo através do resultado	30.087	30.087
Clientes (ii)	Custo amortizado	9.420	9.420
Passivos:			
Fornecedores (ii)	Custo amortizado	11.225	11.225
Empréstimos e financiamentos (iii)	Custo amortizado	357.032	357.032
Debêntures (iii)	Custo amortizado	25.000	25.000
Obrigações com Poder Concedente (iii)	Custo amortizado	532	532
<i>Phantom Stock Option</i> (iv)	Custo amortizado	169	169

(i) Os saldos de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(ii) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(iii) Os empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente estão registrados ao custo amortizado na data do balanço.

(iv) O valor do *Phantom Stock Option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

## Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência;
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura;
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio;
Compliance	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade; e
Reputacional	Imagem, credibilidade e reputação.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens Nível Macro (Gestão Holística e Estratégica) e Nível Micro (Gestão individualizada e Operacional).

A estratégia formulada pelo Grupo Ecorodovias para efetivar a Gestão de Riscos está fundamenta no princípio de que esta se apoia em dois pilares essencialmente diferentes e complementares:

- Gestão holística, que visa a compreensão integral dos riscos, ou seja, considera o potencial impacto de todos os tipos de risco sobre todos os processos; e
- Gestão individualizada, que contempla o conjunto de ações gerenciais voltadas à identificação, análise, validação, tratamento e monitoramento de um determinado tipo de risco.

A Gestão Holística - Nível Macro - tem foco estratégico e é executado na esfera da Alta Direção onde se concentram as alçadas, as informações e os recursos necessários para análise e tomada de decisão. A metodologia empregada neste nível de gestão de riscos tende a variar segundo o setor de atuação e a estrutura organizacional existente, sendo assim desenvolvida internamente.

A Gestão Individualizada - Nível Micro - tem caráter operacional e é realizado predominantemente por demais colaboradores da empresa no seu cotidiano, através de medidas pautadas por ações preventivas frente às possíveis ameaças.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: Imagem, Estratégico, Operacional, Financeiro, Compliance e Reputacional.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de cambio e o risco da taxa de juros.

(i) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) *Risco de crédito*

O risco de crédito decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Na Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A fim de mitigar os riscos de crédito, a Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$7.361 (R\$9.049 em 31 de dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
Debêntures	CDI + 2,56% a.a.	2.239	26.080	-	-
BNDES	TJLP + 3,84% a.a.	53.161	53.176	53.176	412.304
Financiamento	21,27% a.a.	122	-	-	-
		<u>55.522</u>	<u>79.256</u>	<u>53.176</u>	<u>412.304</u>

### Análise de sensibilidade

#### Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI e do TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Alta do CDI	807	1.008	1.210
Debêntures (a)	Alta do CDI	(2.631)	(3.115)	(3.595)
Empréstimos e financiamentos (b)	Alta do TJLP	(32.869)	(41.086)	(49.304)
Juros a incorrer, líquido		<u>(34.693)</u>	<u>(43.193)</u>	<u>(51.689)</u>

Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas foram as seguintes:

Indicador	Cenário I provável	Cenário II 25%	Cenário III 50%
CDI (a)	8,0%	10,0%	12,0%
TJLP (b)	7,0%	8,7%	10,5%

Fonte: Focus Relatório de Mercado – Expectativas de mercado, 28 de dezembro de 2018.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

## 24. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota Explicativa nº 5.

### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.



**Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480,  
de 07 de dezembro de 2009**

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

**José Carlos Cassaniga**

Diretor Presidente

**Jeancarlo Mezzomo**

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores